

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012567-58.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **REGIANE PEREIRA**
Requerido: **JETEC CELULARES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Luiz Maia Santos

Vistos.

Trata-se de ação movida por consumidora, a qual questiona serviço de conserto de aparelho celular, levado a efeito pela requerida. O pedido consiste na devolução do valor de um dos consertos frustrados (R\$ 60,00) e indenização correspondente a um aparelho de celular novo (R\$ 579,00), totalizando R\$ 639,00.

A requerida contesta alegando que não deu causa aos problemas técnicos no celular da autora, bem como que, depois do primeiro conserto, informou-a acerca da impossibilidade de atualização do sistema operacional "android", impugnando os documentos apresentados.

Infrutífera a conciliação, em audiência foi ouvida uma testemunha de cada parte.

É o breve relatório, embora dispensado.**Fundamento e decido.**

O pedido deve ser julgado procedente em parte.

A autora levou seu aparelho de telefone celular no dia 18 de agosto de 2016 para conserto no estabelecimento da requerida. O conserto foi regular e ela pagou pelo serviço R\$ 60,00. Naquela oportunidade, havia problema no chip, mas as demais funções estavam em ordem. Isto se infere a partir das declarações da autora, do documento de fl. 02 e do depoimento da testemunha Janaína Teresa Scarpari (fl. 49).

E, ao contrário do que alegado em contestação, não consta que, naquela oportunidade, a autora tenha sido orientada a deixar de promover atualização do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

sistema operacional. Observe-se que a testemunha Vinícius Vitturi, que trabalhava como atendente para a requerida, informou no início do depoimento que, naquele primeiro atendimento, *"nós que fizemos a atualização para ela, e o problema foi resolvido"* (fl. 50).

É certo que, ao final desse depoimento, somente por ocasião de reperguntas do advogado da parte que arrolou a testemunha, o depoente respondeu que *"quando entreguei a ela o aparelho na primeira vez, orientei a não efetuar nenhum tipo de atualização porque havia riscos. Se ela quisesse fazer atualização, que pesquisasse ou conversasse conosco antes"* (fl. 50, *in fine*).

Mas, como visto, tal orientação foi negada pela autora, não consta em documento algum e a própria testemunha da requerida, no início do depoimento, falando espontaneamente ao magistrado que presidiu o ato, não mencionou qualquer recomendação especial à autora. E, mais importante, parece não haver sentido em tal orientação, porque a testemunha afirmou que eles mesmos - isto é, a própria requerida - haviam procedido à atualização para a consumidora.

De todo modo, a autora retornou à empresa para novo conserto e, pelos novos serviços prestados, a requerida cobrou R\$ 50,00. Este conserto igualmente não foi exitoso, a autora então retornou novamente à prestadora, a qual, não mais podendo solucionar o problema, acabou por devolver apenas o valor deste segundo conserto (R\$ 50,00).

A autora, não contente, procurou outra empresa do ramo de conserto de aparelhos, que lhe apresentou parecer técnico no sentido de que o aparelho de celular estava com problema na placa (fl. 03). Nota-se também, nesse ponto, que a testemunha Janaína Teresa Scarpari confirmou que *"a placa do celular tinha queimado e não compensava financeiramente consertar"* (fl. 49).

A alegação da consumidora é verossímil, haja vista o documento que apresentou e o depoimento da testemunha. A requerida, por sua vez, na condição de fornecedora, e uma vez invertido o ônus da prova, por se tratar de questão técnica (fl. 31), acabou não se desincumbindo do ônus de provar o contrário.

De fato, os documentos que instruem a contestação, especialmente os de fls. 19/25, não infirmam a alegação de que a fornecedora, ao promover o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

segundo conserto, deu causa ao dano na placa do celular da autora, até porque notícias genéricas de reclamações de consumidores não podem eximi-la de responsabilidade.

A rigor, por se tratar de questão técnica, e patente a hipossuficiência da consumidora, de acordo com o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, à requerida não seria descabido postular a realização de prova pericial, conquanto isto desse ensejo à incompetência absoluta do Juizado, pois se trata de dilação incompatível com a sistemática célere e simples dos juizados, nos termos do artigo 35, da Lei nº 9.099/95. Todavia, não houve requerimento específico nesse sentido, cabendo o julgamento da demanda à luz do quanto produzido nestes autos.

Por isso, como se presume que o segundo conserto promovido pela requerida foi o causador dos danos no aparelho celular da autora, não cabe restituição do valor pago pelo primeiro conserto, qual seja, R\$ 60,00, observando-se que a fornecedora devolveu o valor do segundo conserto (R\$ 50,00).

De outro lado, não parece correto que a autora pretenda receber o valor correspondente a um celular novo, pois isto implicaria enriquecimento sem causa. Porém, deve receber o montante necessário para novo conserto do aparelho. E, segundo o pedido inicial, a autora obteve informação de que tal conserto, para os fins consignados, seria de R\$ 450,00, o qual não foi especificamente impugnado em contestação, de maneira que deve ser acolhido, pondo-se fim à controvérsia.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, apenas para condenar a requerida a pagar à autora R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, de 1% ao mês, contados também da citação.**

Não há condenação em custas e honorários advocatícios nesta instância, nos termos do artigo 55, da Lei nº 9.099/1995.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 13 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA